



**PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM INSTITUIÇÕES DE
ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS IMPACTOS NA
EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS:**

Uma análise da realidade da Comarca de Jarú-RO¹

**PRECARIOUS LABOR RELATIONS IN CHILD AND ADOLESCENT SHELTERS AND THEIR IMPACT ON
THE FULFILLMENT OF FUNDAMENTAL RIGHTS:**

AN ANALYSIS OF THE REALITY OF THE JUDICIAL DISTRICT OF JARU-RO

**PRECARIZACIÓN DE LAS RELACIONES LABORALES EN LAS INSTITUCIONES DE ACOGIMIENTO DE
NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES Y SUS IMPACTOS EN LA EFECTIVACIÓN DE LOS DERECHOS
FUNDAMENTALES:**

UN ANÁLISIS DE LA REALIDAD DE LA COMARCA DE JARU-RO

Maria Gilzônia Mota Silva ²

Prof. Dr. Douglas Aparecido Bueno³

¹Resumo apresentado ao GT 6 - Direitos Humanos, Psicologia e Interdisciplinaridade, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

²Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (UNIR). E-mail: maria.mota@tjro.jus.br. Lattes: [Currículo Lattes](#)

³Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil(2017), Professor Adjunto II da Universidade Federal de Rondônia , Brasil. Email: douglas.bueno@unir.br Lattes:: <http://lattes.cnpq.br/3034925099241395>.



Resumo

A pesquisa pretende analisar como a precarização das relações de trabalho nas instituições de acolhimento da Comarca de Jarú-RO afeta a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em situação de risco. A pesquisa tem como objetivo compreender de que modo as condições laborais, marcadas por baixos salários, alta rotatividade e fragilidade na formação técnica, repercutem na qualidade do atendimento e na efetividade das medidas protetivas. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em estudos de caso, análise documental e entrevistas com profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. Fundamenta-se em autores como Antunes, Castel e Sposati. Busca-se contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de acolhimento e para o fortalecimento institucional da rede de proteção à infância no contexto amazônico, propondo a elaboração de um Plano de Ação Institucional Participativo.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) estabelecem a proteção integral de crianças e adolescentes como dever da família, da sociedade e do Estado. Entretanto, a concretização desses direitos enfrenta sérios entraves em territórios periféricos da Amazônia, onde os serviços de acolhimento institucional operam em condições de precariedade estrutural e laboral. Tais fragilidades podem comprometer a qualidade do cuidado prestado a crianças e adolescentes retirados do ambiente domiciliar e por vezes afastados do convívio familiar por decisão judicial.



Conforme relatórios do Sistema de Garantia de Direitos entre 2022 e 2024, na Comarca de Jaru-RO, verificam-se vínculos empregatícios frágeis, alta rotatividade, ausência de formação continuada e carência de estrutura técnica mínima. Esses fatores revelam um cenário de desproteção social institucionalizada, que fragiliza vínculos afetivos e inviabiliza a elaboração consistente dos Planos Individuais de Atendimento (PIA). O estudo propõe refletir sobre como tais condições laborais impactam a efetividade da proteção integral e o exercício da justiça social na Amazônia.

Problema de pesquisa

Apesar do arcabouço normativo avançado que orienta o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), a prática cotidiana nos serviços de acolhimento revela lacunas na efetivação da proteção integral. No contexto amazônico, essas lacunas se acentuam devido à fragilidade das políticas públicas, à ausência de financiamento adequado e à precarização das relações de trabalho.

Diante desse quadro, surgem questionamentos centrais: Como garantir proteção a crianças e adolescentes quando os próprios profissionais do cuidado estão submetidos à instabilidade e à desvalorização laboral? De que modo essas condições impactam os vínculos afetivos, a elaboração do PIA e o retorno ao seio familiar? Quais são os limites éticos e institucionais impostos pela precarização ao exercício profissional no serviço de acolhimento institucional? A pergunta norteadora da pesquisa é: como a precarização das relações de trabalho na instituição de acolhimento da Comarca de Jaru impacta a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e compromete a qualidade da proteção integral?



Justificativa

O estudo justifica-se pela urgência em compreender o elo entre condições de trabalho e efetividade da proteção integral, sobretudo em regiões amazônicas historicamente negligenciadas pelas políticas sociais. A precarização laboral nas instituições de acolhimento afeta não apenas os trabalhadores, mas também a continuidade do atendimento e o efetivo desenvolvimento das crianças que se encontram acolhidas.

Ao problematizar a realidade de Jaru-RO, busca-se fortalecer o compromisso ético com a infância e propor subsídios para políticas públicas que assegurem condições dignas aos profissionais que trabalham no serviço de acolhimento. A relevância científica e social da proposta decorre da articulação entre a teoria crítica, a análise empírica da realidade amazônica e a produção de conhecimento comprometida com a transformação das práticas institucionais locais.

Objetivo Geral e Específicos

O objetivo geral da pesquisa é propor estratégias para a superação da precarização do trabalho na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes da Comarca de Jaru, visando à garantia dos direitos fundamentais à luz das normativas nacionais e internacionais de direitos humanos. Identificar os impactos da precarização do trabalho na qualidade da atenção prestada às crianças e adolescentes acolhidos; Mapear as condições de trabalho dos profissionais do acolhimento, considerando vínculos, salários, formação, rotatividade e adoecimento; elaborar um Plano de Ação Institucional Participativo com



recomendações institucionais e políticas que contribuam para a valorização profissional e a melhoria da qualidade do serviço prestado na instituição de acolhimento.

Desenvolvimento

1. Fundamentação teórica

A discussão dialoga com autores como Antunes (2018), ao destacar a constituição do “preariado” e a desvalorização das práticas de cuidado; Castel (1998), que aborda a “desfiliação social” como processo de vulnerabilização dos sujeitos; Santos (2007), ao propor a “ecologia dos saberes” e a “sociologia das ausências”; e Sposati (2014), que relaciona o desfinanciamento das políticas sociais à precarização dos serviços públicos. Assim, compreender o trabalho nas instituições de acolhimento na Amazônia é também um ato político de enfrentamento às invisibilidades históricas que marcam a região.

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, conforme Minayo (2001), articulando três eixos metodológicos: Revisão bibliográfica – análise crítica da produção científica sobre precarização laboral, acolhimento institucional, SUAS e direitos humanos; Análise documental – exame de relatórios, contratos, regimentos e documentos administrativos do serviço de acolhimento de Jarú; Trabalho de campo – realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais do serviço de acolhimento e atores do SGD (Conselho Tutelar, MP, Judiciário) e observação não participante com registros em diário de campo.



Os dados serão tratados pela análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo a identificação de categorias teóricas e empíricas relacionadas à precarização e seus efeitos sobre a efetividade das medidas protetivas. Todos os procedimentos seguirão os preceitos éticos da Resolução nº 510/2016 do CNS, com consentimento livre e esclarecido e garantia de sigilo e anonimato.

3. Resultados esperados

Espera-se produzir um diagnóstico aprofundado das condições de trabalho na instituição de acolhimento de Jaru e dos impactos dessas condições na efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes. O produto técnico resultante será um Plano de Ação Institucional Participativo, elaborado coletivamente com trabalhadores e representantes do SGD, contendo diretrizes para: gestão e valorização profissional; formação continuada; melhoria das condições estruturais e do cuidado; fortalecimento intersetorial da rede de proteção.

Esse plano busca transformar o conhecimento científico em instrumento prático de planejamento e gestão democrática, com potencial de replicação em outras instituições da Amazônia Legal. Indiretamente, beneficiará as crianças acolhidas, ao fortalecer os vínculos afetivos e a continuidade do cuidado.

Considerações finais

A pesquisa tem potencial concreto para transformar a realidade regional amazônica, ao iluminar um ponto cego do Sistema de Garantia de Direitos: as condições laborais dos profissionais que operam diretamente nas medidas protetivas, como o acolhimento institucional. A partir da análise empírica do caso



da Comarca de Jaru, e da construção de um Plano de Ação Institucional Participativo, será possível subsidiar gestores, operadores do direito e instituições públicas com diretrizes práticas para o enfrentamento da precarização, contribuindo não apenas para a valorização profissional, mas para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças e adolescentes acolhidas. Trata-se de uma contribuição inovadora, pois insere o trabalho como variável fundamental para a efetividade dos direitos humanos no contexto amazônico.

Além disso, a pesquisa se propõe a gerar impacto social positivo concreto, ao oferecer um produto técnico construído com base em dados sistematizados, escuta qualificada e análise crítica, capaz de orientar políticas públicas locais e práticas institucionais intersetoriais. Ao adotar uma abordagem participativa, envolvendo os sujeitos da rede de proteção no diagnóstico e na elaboração de soluções, a proposta promove o fortalecimento da democracia institucional e a implementação de formas mais dialógicas e sustentáveis de resolução de conflitos no cotidiano do serviço de acolhimento.

Trata-se, portanto, de uma investigação que não se limita a descrever a precarização, mas propõe caminhos concretos para superá-la fortalecendo o papel das instituições públicas e dos trabalhadores como agentes de justiça e dignidade na Amazônia

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Acolhimento institucional; Direitos humanos; Proteção integral; Criança e Adolescente.

Referências



ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Política social**: o caráter público da assistência social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; HESPANHA, Ana Paula Dourado; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2014.